

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.606 - SP (2020/0055396-0)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
AGRAVANTE : **ROGERIO DA COSTA**
ADVOGADOS : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
ELTHON SIECOLA KERSUL - DEFENSOR PÚBLICO -
SP291440
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu recurso especial, ao fundamento de que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento veiculado no Tema 712 do STF, segundo o qual, *em caso de condenação por tráfico ilícito de entorpecentes, a natureza e a quantidade da droga apreendida apenas podem ser consideradas em uma das fases da dosimetria da pena* (Tema 712), bem como de incidir o comando das Súmulas 7/STJ e 283/STF.

No presente agravo, sustenta a defesa que a análise das razões do apelo não demanda reexame de provas e que toda a matéria controvertida foi impugnada.

Contraminuta apresentada.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do recurso.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não merece ser conhecido, tendo em vista que o agravante não impugnou todos os fundamentos da decisão agravada.

Como se observa, o recurso especial interposto pelo recorrente teve como fundamento de sua inadmissão a violação das Súmulas 7/STJ e 283/STF e a consonância do acórdão recorrido com o Tema 712 do STF.

A defesa, contudo, limitou-se a tecer considerações genéricas no sentido de que a questão objeto de discussão não demanda a revisão de matéria fática, bem como que toda a matéria teria sido devidamente impugnada, sem demonstrar em que momento e de que foram teria havido a impugnação, nada alegando quanto à conformidade do acórdão recorrido com o Tema 712/STF.

Incumbe ao agravante demonstrar o equívoco da decisão em face da qual se insurge, não bastando a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, sendo imprescindível que enfrente todos os óbices por ela apontados de maneira específica e suficientemente demonstrada.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, constata-se que o agravo não comporta conhecimento por não ter impugnado integralmente a decisão hostilizada, nos termos do disposto no art. 932, III, 1.021, § 1º, CPC, e Súmula 182/STJ. Nesse sentido: AgRg no AREsp 1037068/PR, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017; AgRg no AREsp 1005984/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 27/03/2017.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator